

PRIVATIZAÇÃO NO BRASIL: O CASO DE UMA COMPANHIA DE MINÉRIO

ANTONIO MATHEUS FERNANDES LEMOS
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

CORA FRANKLINA DO CARMO FURTADO
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

ANTÔNIO DE PÁDUA ARAUJO
UECE - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

Introdução

Privatização é o processo de transferência do controle e por vezes, da propriedade de empresas, instituições ou serviços públicos para a iniciativa privada. Esse processo geralmente é realizado pelo governo de um país, que vende suas empresas estatais ou serviços públicos para empresas privadas ou para o público em geral. O objetivo da privatização, muitas vezes é reduzir o tamanho e o papel do governo, tentar aumentar a eficiência e a produtividade das empresas ou serviços. Nesse caso, quanto maior a eficiência da organização, maior a economia no uso de recursos. (MOUZAS, 2006; OZCAN, 2014).

Problema de Pesquisa e Objetivo

Neste trabalho tendo vista a atual conjuntura brasileira em que existe uma certa polarização e incerteza da população entre apoiar ou não a privatização das empresas estatais brasileiras abordar-se-á a seguinte questão: Qual a relação entre a privatização das empresas estatais brasileiras e a evolução no desenvolvimento destas? Para tanto, este estudo analisará a prática de privatização de empresas estatais e o seu desempenho, lucro e valor de mercado, por meio de levantamentos de dados disponíveis em domínio público. Assim, este trabalho tem como objetivo geral analisar o caso da Vale S.A.

Fundamentação Teórica

Durante o governo Temer o pensamento do governo anterior foi quebrado e passou-se então a retrazer uma agenda de reformas e controle dos gastos públicos, principalmente buscando o investimento privado, tendo sido privatizadas entre outras, as empresas: Boa Vista Energia, Centrais Elétricas de Rondônia (CERON), Companhia de Eletricidade do Acre (EletroAcre), Companhia de Energia do Piauí (CEPISA). Por fim, ao final do mandato de Michel Temer, a dívida externa do Brasil atingiu um total de 559,2169 bilhões de dólares (IPEADATA, 2023).

Metodologia

Este trabalho analisou o tema crescimento e eficiência das empresas após a privatização usando como caso de estudo a Vale S.A., principalmente sob tom de pesquisa qualitativa, observando variáveis como faturamento, crescimento, portfólio, representatividade no mercado nacional e internacional e dívidas das empresas analisadas além de leis de mercado que embasaram os respectivos momentos levando à privatização das corporações, que serviram como norte para a análise proposta por este trabalho. Essa pesquisa pode ser orientada ou direcionada para áreas de interesse geral em ampliação inerente.

Análise dos Resultados

Por fim, entende-se que o processo de privatização da Vale trouxe um valor significativo para a empresa e seus acionistas, demonstrado através do crescimento de indicadores como ativo total e lucro líquido. Infelizmente, por outro lado, os desastres acontecidos sob a responsabilidade da Vale S.A., demonstram a dimensão não só do dano financeiro causado à companhia, mas também às mais de 319 vidas perdidas nos incidentes e os mais de 47 milhões de m³ de rejeitos de minério despejados na natureza, um contraste claro ao crescimento da corporação após a privatização.

Conclusão

Dessa forma, conclui-se que mesmo com a Vale S.A. sendo capaz de alcançar cifras positivas dentro do mercado internacional de mineração após o processo de privatização, não conseguiu fazê-lo de forma sustentável, fato esse demonstrado pela magnitude dos desastres acontecidos em Mariana e Brumadinho, deixando uma perda irreparável nas vidas dos habitantes da região e na fauna, flora e vida aquática do entorno. Como limitações, esta pesquisa encontrou sobretudo a ausência de dados históricos sobre a empresa analisada. No período posterior à privatização acontecida em 1997 até o ano de 2002.

Referências Bibliográficas

MOUZAS, S. Efficiency versus effectiveness in business networks. *Journal of Business Research*, v.59, p. 1124-1132, 2006. OZCAN, Y. A. *Helath Care. Benchmarking and Performance Evaluation: An Assessment Using Data Envelopment Analysis (DEA)*. 2ª ed. New York: Springer Science + Business Media, 2014. VALE S.A. DFP – Demonstrações Financeiras Padronizadas. Comunicados, resultados, apresentações e relatórios. Rio de Janeiro, 16 fev. 2023. Disponível em: <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/53207d1c-63b4-48f1-96b7-19869fae19fe/11c18f8e-905d-2a12-1d84-0173c5c1ddd9?origin=1>. Acesso em: 19 mai. 2023

Palavras Chave

responsabilidade social corporativa, privatização, meio ambiente

Agradecimento a órgão de fomento

Governo do Estado do Ceará

PRIVATIZAÇÃO NO BRASIL: O CASO DE UMA COMPANHIA DE MINÉRIO

1 INTRODUÇÃO

Privatização é o processo de transferência do controle e por vezes, da propriedade de empresas, instituições ou serviços públicos para a iniciativa privada. Esse processo geralmente é realizado pelo governo de um país, que vende suas empresas estatais ou serviços públicos para empresas privadas ou para o público em geral.

O objetivo da privatização, muitas vezes é reduzir o tamanho e o papel do governo na economia, tentar aumentar a eficiência e a produtividade das empresas ou serviços, incentivar o investimento privado e melhorar a qualidade do serviço prestado.

O processo de desestatização pode ser realizado de várias formas, incluindo a venda direta das empresas ou serviços para empresas privadas, a oferta pública inicial de ações (IPO) dessas empresas, ou a concessão de serviços públicos a empresas privadas por meio de licitações. No entanto, a privatização é um processo controverso, pois alguns argumentam que pode levar a uma maior desigualdade social e à diminuição do acesso a serviços essenciais para a população.

Em segundo lugar o que significa eficiência nas organizações? No conceito clássico da administração, eficiência é uma palavra-chave clara nas teorias, mas o que está implícito é o conceito de equilíbrio entre os ambientes interno e externo da organização, então a ênfase está nos meios, pois as pessoas acreditam que todas as atividades e processos são realizados em um contexto estável, regular, confiável e preciso. (NAVEIRA, 1998).

Com base nisso, a eficiência é um método usado para instruir uma organização a usar seus recursos de forma eficiente ou econômica. Portanto, esse conceito está intimamente relacionado aos meios que a organização utilizará para alcançar seus resultados. Nesse caso, quanto maior a eficiência da organização, maior a economia no uso de recursos. (MOUZAS, 2006; OZCAN, 2014).

Tomando como base os dois conceitos apresentados anteriormente que nortearam toda a presente pesquisa, percebe-se que atualmente o tema privatização das empresas estatais é amplamente discutido no Brasil, sendo ainda alvo de amplas controversas em meio a população brasileira.

Neste trabalho tendo vista a atual conjuntura brasileira em que existe uma certa polarização e incerteza da população entre apoiar ou não a privatização das empresas estatais brasileiras abordar-se-á a seguinte questão: Qual a relação entre a privatização das empresas estatais brasileiras e a evolução no desenvolvimento destas? Para tanto, este estudo analisará a prática de privatização de empresas estatais brasileiras e o seu desempenho, lucro e valor de mercado, por meio de levantamentos de dados disponíveis em domínio público.

Dessa forma, este trabalho tem como objetivo geral analisar a relação entre o processo de privatização da Companhia Vale do Rio Doce e o crescimento dela, verificando se a privatização da empresa leva à evolução da sua eficiência. E como objetivos específicos: levantar nas bases de dados disponíveis em domínio público, com o intuito de construir o referencial teórico que baseia a pesquisa; debater a questão das privatizações no Brasil a luz do âmbito internacional; e analisar os resultados da Vale S.A., antes e após a sua privatização.

Portanto a importância deste trabalho baseia-se no fato de que é necessário para a população brasileira conhecer por meio de dados reais e confiáveis, de casos ocorridos anteriormente. Entender realmente se existe um crescimento na eficiência das empresas anteriormente estatais que foram convertidas à iniciativa privada. Dessa forma aumentando o impacto social positivo com o aumento no número de empregos, por exemplo, e crescendo também o retorno ao governo através dos impostos pagos à união.

Além desta introdução, o trabalho contou com uma seção de referencial teórico, com o intuito de apresentá-lo com base na pesquisa, identificação e descrição de práticas de privatização de empresas no Brasil e análise da eficiência dos processos de desenvolvimento da Companhia Vale do Rio Doce que já foi privatizada.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 AS ORIGENS DA PRIVATIZAÇÃO NO SISTEMA CAPITALISTA

Primeiramente é necessário definir o significado de alguns termos, afinal o que é privatização? Segundo o professor de direito administrativo Flávio Unes pode ser definido da seguinte forma:

Privatização é um termo que é usado, às vezes, no sentido genérico. No sentido genérico pode até envolver como uma espécie a concessão. Ocorre que a privatização, também, é utilizada como forma não simplesmente de transferir a execução, mas transferir a própria titularidade da atividade, ou seja, algo que em princípio era de obrigação do Estado, passa a ser transferido como obrigação do particular. A concessão é quando o estado transfere a execução de uma atividade, permanecendo nas mãos do Estado o senhorio, a titularidade da atividade. Portanto, é o Estado que é o responsável por prestar, ele apenas, na concessão, estabelece uma forma, um instrumento para transferir essa execução para o particular. (2015 apud RADIO CÂMARA, 2015).

Em segundo lugar o que significa eficiência nas organizações? No conceito clássico da administração, eficiência é uma palavra-chave clara nas teorias, mas o que está implícito é o conceito de equilíbrio entre os ambientes interno e externo da organização, então a ênfase está nos meios, pois as pessoas acreditam que todas as atividades e processos são realizados em um contexto estável, regular, confiável e preciso (NAVEIRA, 1998).

Com base nisso, a eficiência é um método usado para instruir uma organização a usar seus recursos de forma eficiente ou econômica. Portanto, esse conceito está intimamente relacionado aos meios que a organização utilizará para alcançar seus resultados. Nesse caso, quanto maior a eficiência da organização, maior a economia no uso de recursos (MOUZAS, 2006; OZCAN, 2014).

O tema privatização das empresas estatais é amplamente discutido no Brasil, sendo ainda alvo de amplas discussões em âmbitos públicos e privados. Conforme dito por Peci em 2007, reconhece-se “que a controvérsia entre neoliberais e desenvolvimentistas, conservadores e marxistas etc. sobre a forma e os meios de intervenção do Estado na vida econômica e política parece nunca chegar ao fim.” (PECI, 2007, p. 28).

2.2 CONTEXTO HISTÓRICO SOBRE PRIVATIZAÇÃO

Nesse sentido, cabe trazer um contexto histórico de como surge o tema privatização. Surge pela primeira vez após a Segunda Grande Guerra Mundial, na Alemanha no ano de 1961, quando a maioria das ações da Volkswagen (setor automobilístico) e da VEBA (setor elétrico) são vendidas. Seguido das ações de privatização na Alemanha, outros países acompanharam a onda da desestatização, tais como: o Chile com a implementação de um programa de privatização em 1980, a Inglaterra realizando 88 vendas de corporações até então públicas a partir de 1979, Japão privatizando a Nippon Telephone and Telegraph (NTT) por mais de US\$ 80 bilhões em 1987, França leiloando a Air France e a France Telecom em 1998 (MEGGINSON, 1999).

2.3 A PRIVATIZAÇÃO NO BRASIL

Já no Brasil, o primeiro programa de desestatização, iniciou em 1981 com a criação da Comissão de Desestatização lastreada na aprovação da Lei 8031 de 1990, lei essa que serviu como base para todos os processos e demais leis de desestatização no país, definindo de forma clara todos os processos e estruturas de governança que norteariam a privatização das empresas escolhidas posteriormente. Para tornar praticável todos esses processos e regulamentos foi então criada a Comissão Diretora do Programa, comissão esta, composta por alguns ministros de Estado e indivíduos independentes de notório saber da sociedade brasileira, além do presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que seria o órgão gestor do programa (BNDES, 1991).

Entre 1990 e 1992 durante o governo do então presidente Fernando Collor, foram vendidas 18 empresas estatais pelo valor aproximado de US\$ 4 bilhões, deixando este governo uma dívida externa de 135,9488 bilhões de dólares (IPEADATA, 2023). Entre 1993 e 1994, já no governo de Itamar Franco, o Programa Nacional de Desestatização (PND) alterou alguns de seus parâmetros, agora permitindo a venda de empresas do Estado para investidores estrangeiros de forma integral, dessa forma, realizando o leilão de 15 corporações industriais por mais de US\$ 5 bilhões, destacando-se nesse pacote a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) (GIAMBIAGI et al., 2020). Tendo o governo de Itamar Franco deixado uma dívida externa de 148,2952 bilhões de dólares no ano de 1994 (IPEADATA, 2023).

Com a eleição de Fernando Henrique Cardoso em 1994 estendendo seu mandato até o final do ano de 2002, o PND passa por algumas importantes mudanças proporcionadas pelo período de estabilidade do governo, neste período composto por ministros das pastas do governo e sem a presença de membros externos, é criado o Conselho Nacional de Desestatização (CND), o BNDES aumenta sua importância em âmbito nacional prestando assessoria para os demais estados brasileiros, estruturando e oferecendo novas modalidades de financiamento e adentrando na análise dos diversos setores da economia (RODRIGUES e JURGENFELD, 2019).

Em termos de legislação temos grandes mudanças neste período, as quais valem citar:

- a) Lei das concessões (Lei 8987/1995);
- b) Lei 9491/1997 que altera pontos importantes da lei base 8031 de 1990 citada anteriormente;
- c) Lei Geral de Telecomunicações (Lei 9472/1997) que permitiu a desestatização de todo o setor de telecomunicações;
- d) Criação das agências reguladoras: Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em 1996, Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) em 1997 e Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) em 1998, as quais serviram como plano piloto para todas as outras que seriam criadas posteriormente;
- e) Lei 9478/1997, que efetivou a quebra do monopólio de exploração, refino, transporte e derivados, importação e exportação de petróleo e derivados, controlado até então pelo Estado.

Aliando as alterações nas legislações vigentes expostas acima à lei das concessões prevista no Art. 175 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, dentro do governo de Fernando Henrique, foram leiloadas um total de 40 empresas dos mais diversos setores da economia como: gás, energia e saneamento, transferindo-se US\$ 7 bilhões de dívidas do setor público ao privado e rendendo US\$ 28 bilhões aos cofres públicos, sendo a Companhia Vale do Rio Doce e a Telebrás as maiores empresas privatizadas no período, que foi um marco da economia brasileira no cenário internacional, onde o país tornou-se um grande destinatário de investimentos exteriores (GIAMBIAGI et al., 2020). No fim do ano 2002, a dívida externa do Brasil, deixada pelo governo de Fernando Henrique Cardoso somava 227,6894 bilhões de dólares (IPEADATA, 2023).

Já no período entre 2003 e 31 de agosto de 2016 que compreende o governo Lula e Dilma, podemos considerar como um período em que houve uma completa dúvida sobre o real papel que o Estado deveria ter, o país passou por um período em que a mentalidade do governo em relação ao assunto de desestatização foi amplamente alterado, com um partido de esquerda no comando do Brasil, a privatização foi quase que cessada, a noção de que o protagonismo tinha que ser novamente do Estado para que houvesse crescimento econômico dominou durante todo o período, e mesmo com as restrições fiscais que já existiam no país na época, a bancada do governo valeu-se de diversos mecanismos para prevalecer-se de tais restrições (GIAMBIAGI et al., 2020), o que ocasionou ao término do referido período, um crescimento exponencial da dívida pública brasileira, que em 2016 atingira uma dívida externa de 548,6415 bilhões de dólares.

Mesmo com o cenário de alteração na visão do real papel do Estado na economia do país, o governo Lula e Dilma avançou em algumas pautas que impulsionaram positivamente a entrada de capital privado no que dantes era dominado completamente pelo capital público, e isso se deu principalmente no âmbito da infraestrutura das cidades, sobretudo em grandes rodovias.

É neste cenário que surge as parcerias público-privadas - PPP, principiando-se em Minas Gerais e São Paulo por meio das Leis 14.868/2003 e 11.688/2004, respectivamente. Leis estas que serviram de embrião para o que mais tarde viria a tornar-se a “Lei das PPP’s” (Lei 11.709/04 aperfeiçoada em 2012 e posteriormente convertida na Lei 12.766/12) que veio a permitir que empresas privadas conseguissem outorga para a construção e operação de infraestrutura que não pode ser financiada apenas pelas tarifas adquiridas dos usufrutuários, portanto, a viabilidade de seus projetos depende de recursos financeiros (GIAMBIAGI et al., 2020).

Mas mesmo com essa grande melhoria no que condiz a legislação brasileira durante os governos Lula e Dilma, as Parcerias Público Privadas não avançaram conforme esperava-se.

Como dito anteriormente, no período existia a crença de que o crescimento econômico estaria necessariamente submisso a articulação preponderante do Estado no fomento à infraestrutura, fato deu existência ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que previa um investimento na casa dos R\$ 503 bilhões até o ano de 2010 nas áreas de recursos hídricos, transporte, habitação, saneamento e outros.

Dessa forma, a agenda das desestatizações sofreu grande desaceleração, sendo contado como ponto a favor somente o fato de terem sido feitos vários estudos de concessão de empresas públicas, mas por outro lado o governo além de criar dezenas de novas estatais, tais como a Petroquímica Suape e a Petrobras Biocombustíveis (PBio) (subsidiárias da Petrobras), por meio do BNDES Participações (BNDESPar) o governo federal aumentou a participação em várias empresas, como a privatizada Vale do Rio Doce. De certa forma, emergiu também o conceito de Estado Regulador ao mesmo tempo Provedor, sendo o mesmo um meio de consertar as falhas do mercado e, além disso, orientar diretamente a tomada de decisões sobre a alocação de recursos econômicos (GIAMBIAGI et al., 2020).

Durante o governo Temer o pensamento do governo anterior foi quebrado e passou-se então a retrazer uma agenda de reformas e controle dos gastos públicos, principalmente buscando o investimento privado, tendo sido privatizadas entre outras, as empresas: Boa Vista Energia, Centrais Elétricas de Rondônia (CERON), Companhia de Eletricidade do Acre (EletroAcre), Companhia de Energia do Piauí (CEPISA). Por fim, ao final do mandato de Michel Temer, a dívida externa do Brasil atingiu um total de 559,2169 bilhões de dólares (IPEADATA, 2023).

Com a ascensão de Jair Messias Bolsonaro ao cargo de presidente da república entre os anos de 2019 e 2022, vieram com ele muitas ideias liberais e que prometiam privatização em massa de grandes estatais brasileiras como os Correios, Petrobras, Casa da Moeda do Brasil,

Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e Companhia Nacional do Abastecimento (CONAB), agenda essa que em meados do mandato foram perdendo a força por conta de problemas econômicos do país, além da forma como a privatização dessas organizações era vista pela população.

Ao fim do mandato, o governo do então presidente Jair Messias Bolsonaro, dentre outras privatizou as seguintes organizações: BR Distribuidora (então subsidiária da Petrobras), Companhia Docas do Espírito Santo, Eletrobras, Liquigás (até então subsidiária integral da Petrobras que atuava no engarrafamento, distribuição e comercialização de gás liquefeito de petróleo). Deixando uma dívida externa ao Brasil num valor total de 576,4439 bilhões de dólares.

Já na atualidade, com a volta de Luiz Inácio Lula Da Silva ao cargo de chefe do executivo nacional, o controle de grandes estatais como Correios e a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (DataPrev), segundo ele, continuarão sendo dirigidas pelo governo (WESTIN, 2023).

Conforme apresenta na figura 1, em maior ou menor grau, o repasse de empresas estatais à iniciativa privada está presente no Brasil desde a década de 1980, iniciando-se no governo do então presidente João Baptista Figueiredo.

Figura 1 – Algumas das principais privatizações desde a década de 1980



	Dilma Rousseff (2011-2016) Aeroporto de Viracopos* Aeroporto do Galeão* Campo de Petróleo de Libra* Instituto de Resseguros do Brasil (IRB)	
	Michel Temer (2016-2018) Boa Vista Energia Centrais Elétricas de Rondônia (Ceron) Companhia de Eletricidade do Acre (Eletroacre) Companhia de Energia do Piauí (Cepisa)	
	Jair Bolsonaro (2019-2022) BR Distribuidora Companhia Docas do Espírito Santo Eletrobras Liquigás	

*concessões à iniciativa privada

Fonte: Westin (2023).

Mas em meio a todo o histórico brasileiro desde os anos 1981 esse tema ainda é um tanto controverso em meio a população, afinal o que é melhor para o país? Privatizar ou manter essas grandes corporações sob controle do Estado? Sobre esse assunto em entrevista feita pela Rádio Câmara para a Câmara dos deputados do Brasil, o professor Flávio Unes afirma:

Nós tivemos momentos em que o Estado acumulou para si uma série de atividades. E aí, o estado acumulou para si empresas públicas e sociedades de economia mista, começou a estender os seus tentáculos para várias áreas. Porque um determinado contexto social e econômico assim demandava. Hoje, com o reconhecimento que o estado não dá conta sozinho de executar todas as tarefas a que lhe é incumbido, se reconhece uma necessidade de uma maior interlocução com o mercado e com o parceiro privado. O papel do âmbito privado, do parceiro privado, no exercício das atividades públicas é muito maior e indispensável para eficácia e eficiência do atendimento das demandas sociais. É isso, por si, a meu juízo, um mal, desde que o Estado seja um bom controlador. (2015 apud RADIO CÂMARA, 2015).

Sobre o mesmo assunto, em opinião antagônica, em entrevista a mesma matéria citada anteriormente o deputado federal Luiz Carlos Hauly reitera:

O que é público? O que é privado? Na organização do Estado, de qualquer país do mundo, você tem que determinar o que é o público e o que é o privado. Tem que ficar bem claro. No governo do Getúlio Vargas, antes da Segunda Guerra Mundial, a atividade do aço, o Brasil não tinha uma indústria siderúrgica. E ele entendeu obter uma indústria siderúrgica que, depois, com o passar dos anos, vimos que não há necessidade de se ter uma usina siderúrgica do Estado brasileiro. Então, o importante é funcionar, gerar empregos, ter tecnologias e pagar os impostos. (2015 apud RADIO CÂMARA, 2015).

Observa-se, portanto, conforme os conceitos e discussões apresentadas anteriormente que o tema privatização no Brasil tomando como base as diferentes fases da sua história, assim como a eficiência que esse modelo de atuação do Estado na economia que o âmbito internacional capitalista segue ainda é um tema que traz certas controvérsias dentro da população brasileira.

3. METODOLOGIA

Este trabalho analisou o tema crescimento e eficiência das empresas após a privatização usando como caso de estudo a Vale S.A., principalmente sob tom de pesquisa qualitativa, observando variáveis como faturamento, crescimento, portfólio, representatividade no mercado

nacional e internacional e dívidas das empresas analisadas além de leis de mercado que embasaram os respectivos momentos levando à privatização das corporações, que serviram como norte para a análise proposta pelo presente trabalho. Para que se possa entender a forma como esta metodologia foi construída, é importante conceituar algumas formas de pesquisa. Oliveira (2008) escreve acerca do que define a pesquisa qualitativa, caracterizando-se da seguinte maneira:

A pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como sendo uma tentativa de se explicar em profundidade o significado e as características do resultado das informações obtidas através de entrevistas ou questões abertas, sem a mensuração quantitativa de características ou comportamento. (OLIVEIRA, 2008, p. 66).

Neste trabalho, a importância da objetivação aconteceu porque o tema empresas privatizadas é complexo nos estudos das ciências sociais. Também foram criadas algumas categorias de análise: faturamento, crescimento, portfólio, representatividade no mercado nacional e internacional e dívidas das empresas que foram analisadas à luz das teorias estudadas no arcabouço teórico deste estudo.

Em resumo, também na pesquisa qualitativa é importante a objetivação, isto é, o processo de investigação que reconhece a complexidade do objeto das ciências sociais, teoriza, revê criticamente o conhecimento acumulado sobre o tema em pauta, estabelece conceitos e categorias, usa técnicas adequadas e realiza análises ao mesmo tempo específicas e contextualizadas. (MINAYO, 2014, p. 62).

Por fim, cabe conceituar também o que seria pesquisa básica dirigida, segundo a Organisation for Economic Cooperation and Development OECD (2002), a pesquisa básica consiste em: “[...] trabalhos experimentais ou teóricos desenvolvidos principalmente com a finalidade de adquirir novos conhecimentos sobre os fundamentos de fenômenos e fatos observáveis, sem considerar uma aplicação ou uso particular.” (OECD, 2002, p. 30).

Pode-se dizer ainda que segundo a OECD (2002), a pesquisa básica tem como objetivo a investigação de fenômenos sociais em um nível fundamental. Essa pesquisa pode ser orientada ou direcionada para áreas de interesse geral, visando desencadear uma ampla gama de aplicações em diferentes campos do conhecimento.

Ainda falando-se sobre pesquisa básica, segundo Ferrari (2020) “A pesquisa científica pode ser básica, quando busca aumentar o conhecimento sobre o mundo humano e a natureza, ou aplicada, sendo aquela que visa também produzir novos conhecimentos.” (FERRARI, 2020, p. 163). Dessa forma, entendeu-se que este trabalho se utilizou da pesquisa básica no sentido de aumentar o conhecimento científico sobre o processo de desenvolvimento das corporações privatizadas.

Tento vista os conceitos apresentados anteriormente, a natureza do trabalho será de pesquisa qualitativa, secundária e básica, além disso usaremos o delineamento do tipo exploratório para nortear toda a pesquisa, dessa forma serão analisadas as práticas de privatização da Companhia Vale do Rio Doce (Vale) e seus resultados em termos de eficiência, eficácia, equidade e economicidade, para descrever o cenário de privatização do país.

4 RESULTADOS

4.1 O CASO DA COMPANHIA VALE DO RIO DOCE

A Vale S.A., anteriormente conhecida como Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), é uma empresa brasileira de mineração e metais, fundada em 1º de junho de 1942 pelo governo federal do Brasil que tinha como presidente da república Getúlio Vargas. O nome anterior da companhia refletia sua principal atividade no início de suas operações, que era a exploração de minério de ferro na região do Rio Doce, no estado de Minas Gerais, Brasil. A empresa foi criada em um momento em que o país precisava garantir o suprimento de matéria-

prima para a indústria siderúrgica em meio à Segunda Guerra Mundial, e a Vale cumpriu um papel importante neste sentido.

Hoje em dia, a Vale é uma das maiores produtoras de minério de ferro e de níquel do mundo, com operações em diversos países, incluindo Brasil, Canadá, Moçambique, Indonésia e Austrália. Além disso, a empresa atua em outras áreas de negócio, como a produção de cobre, carvão, fertilizantes e energia elétrica. A Vale é listada nas bolsas de valores de São Paulo, Nova York e Hong Kong.

Quando da sua privatização, a Vale era a “maior empresa produtora e exportadora de minério de ferro do mundo e a maior produtora de ouro da América Latina” (BNDES (BRASIL), 1997, p. 23). Antes do processo de desestatização, conforme Rodrigues e Jurgenfeld (2019), a Companhia Vale do Rio Doce, tinha como composição acionária a seguinte: 75,97% das ações ordinárias sob controle do governo federal do Brasil, e os outros 24,03% das ações ordinárias sob controle de acionistas designados como “outros”.

Após o processo de privatização, as ações da companhia ficaram divididas da seguinte forma: 16% sob controle do Tesouro Nacional, 16% sob controle do BNDES, 5% sob controle de fundos de pensão, BNDESPar/FPS com 5%, Investvale (associação de investimentos dos funcionários da Vale) com 4%.

Por fim, os outros 54% da companhia foram adquiridos pela Valepar, uma sociedade de propósito especial liderado pela CSN e que tinha como acionistas: Siderúrgica Nacional (25%), Litel Participações S.A. (39%), Eletron S.A. (17%), Sweet River Investments Ltda. (9%), BNDESPar (9%) e Investvale (1%).

Este é um grande exemplo de privatização de uma empresa pública em franco crescimento, altas receitas e faturamento. Em 1994 a CVRD tinha um ativo total de US\$ 15.963,00 milhões, patrimônio líquido de US\$ 11.887,00 milhões, endividamento de US\$ 1.791,00 milhões e lucro líquido em um total de US\$ 645,00 milhões. Já no ano de 1995 que antecede a privatização, a Companhia Vale do Rio Doce tinha um ativo total de US\$ 14.256,00 milhões, patrimônio líquido de US\$ 10.817,00 milhões, endividamento de US\$ 2.010,00 milhões e lucro líquido num total de US\$ 338,00 milhões (BNDES, 1997).

Já no ano de 2022, 25 anos após a privatização que foi finalizada em 06 de maio de 1997, a Vale S.A. registra um ativo total de US\$ 92.755,00 milhões, patrimônio líquido de US\$ 38.278,869 milhões, dívida líquida numa somatória de US\$ 8.449,05 milhões e lucro líquido em US\$ 19.708,878 milhões. Dados obtidos pela cotação do dia 15/05/2023: US\$ 1,00 equivalente a R\$ 4,888 (VALE S.A., 2023).

Gráfico 1 – Evolução do ativo total da Vale, antes e depois da privatização



Fonte: Dados organizados pelo autor a partir das fontes: BNDES (1997) e VALE S.A (2023).

Como é possível observar no gráfico acima, o ativo total da CVRD manteve-se no patamar dos anos precedentes à privatização, já em comparação com o ano de 2022, 25 anos pós privatização, o ativo da empresa cresceu mais de 650%, denotando um crescimento exponencial do que corresponde aos bens e direitos que ela possui e que podem ser convertidos

em dinheiro. Comparando-se com os dados disponíveis da estatal Petrobras (empresa atuante no ramo de petróleo e gás), o ativo cresceu 89,69% entre 2006 e 2022 (PETRÓLEO BRASILEIRO S.A., 2007 e PETRÓLEO BRASILEIRO S.A., 2022).

Gráfico 2 – Evolução do patrimônio líquido da Vale, antes e depois da privatização

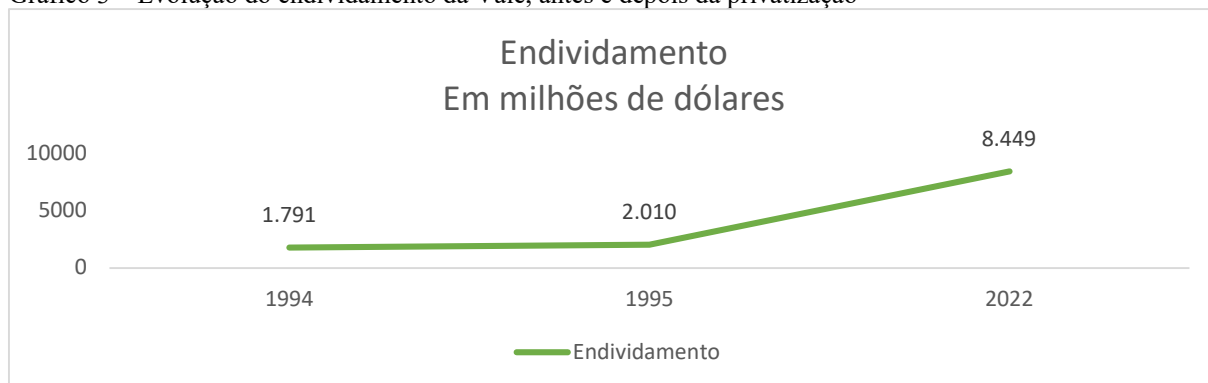


Fonte: Dados organizados pelo autor a partir das fontes: BNDES (1997) e VALE S.A (2023).

Assim como no gráfico número 1, no gráfico número 2 é possível notar uma estabilidade do patrimônio líquido (indicador que se refere ao valor contábil de uma empresa) da Companhia Vale do Rio Doce em 1994 e 1995, tendo sido reduzido em 1,07 bilhão de dólares, o que representa uma diminuição de apenas 0,9% do patrimônio líquido da época.

Ao observar o ano de 2022, percebe-se que o patrimônio líquido também teve um crescimento exponencial, elevando-se 354% em comparação com os números de 1995, denotando um crescimento da estrutura da empresa no período pós privatização.

Gráfico 3 – Evolução do endividamento da Vale, antes e depois da privatização



Fonte: Dados organizados pelo autor a partir das fontes: BNDES (1997) e VALE S.A (2023).

No gráfico 3 é possível analisar a evolução do endividamento da empresa. Percebe-se que o endividamento também cresceu, mas não de forma a comprometer o desenvolvimento da empresa, acendendo 420% entre os anos de 1995 e 2022.

Todavia a proporção entre endividamento e lucro líquido diminuiu substancialmente entre os dois anos: em 1995, o endividamento era 595% maior que o lucro líquido da companhia, enquanto no período pós privatização, o endividamento representou apenas 42,87% do lucro líquido no período, o que demonstra uma evolução considerável na relação entre endividamento e lucro líquido da corporação.

Gráfico 4 – Evolução do lucro líquido da Vale, antes e depois da privatização



Fonte: Dados organizados pelo autor a partir das fontes: BNDES (1997) e VALE S.A (2023).

Por fim, percebe-se que o lucro líquido, que é a diferença entre todas as receitas da empresa e todos os gastos envolvidos para que ela funcione, também evoluiu de forma expressiva entre o período pré e pós privatização, sendo uma evolução de 583%, demonstrando um crescimento consistente do retorno financeiro que a corporação oferece aos seus acionistas.

Entretanto, mesmo com a análise financeira apresentando resultados positivos, não se pode deixar de citar os desastres acontecidos no estado de Minas Gerais, sob responsabilidade da Vale S.A.

4.2 A VALE S.A. E OS DESASTRES

No dia 05/11/2015, por volta das 16h e 20 min., a barragem de Fundão entrou em colapso e rompeu-se. Com a ruptura, cerca de 34 milhões de m³ de rejeitos de minério, o equivalente a quatorze mil piscinas olímpicas, foram diretamente lançados no meio ambiente, atingindo a barragem de Santarém, logo à jusante, causando-lhe sérias avarias e o seu transbordo. (LOPES, 2016, p. 3).

No fatídico dia 05 de novembro de 2015, o desastre que é categorizado com uma das maiores tragédias ambientais e humanas da história do Brasil, acontecido pelo rompimento da barragem de Fundão localizado na cidade Mariana - MG, deixou 19 mortos, 38 municípios atingidos pela lama no curso do rio doce (que outrora deu nome à Vale S.A) percorrendo o estado de Minas Gerais até a foz do rio no estado do Espírito Santo, 14 toneladas de vida aquática morta, centenas de milhares de pessoas sem água potável ao longo do rio doce e centenas de famílias destruídas sob responsabilidade da mineradora.

Não obstante à tragédia sem precedentes registrada em 2015, o fato volta a repetir-se em Brumadinho - MG no ano de 2019:

Brumadinho, Minas Gerais. Sexta feira, 25 de janeiro de 2019, 12h 28min 25s rompe a barragem de rejeitos (B1) da mina Córrego do Feijão, da mineradora Vale S.A. Imediatamente após, o presidente da empresa, Fabio Schwartsman, declarava “o dano ambiental será muito menor que o de Mariana, mas a tragédia humana deverá ser maior”. (FREITAS; BARCELLOS, ASMUS, SILVA; XAVIER, 2019, p. 1).

A declaração feita pela presidência da Vale S.A. após o acontecido, demonstrou a postura fria e desprovida de empatia da companhia, revelando a pouca preocupação da empresa em minimizar sua responsabilidade e os danos causados.

Logo no primeiro dia, os números alarmantes já mostravam a extensão da catástrofe. Enormes 13 milhões de metros cúbicos de rejeitos da mineração foram despejados impiedosamente no meio ambiente, contaminando rios, solos e ecossistemas vitais. A dimensão ambiental dessa tragédia é inegável e terá impactos duradouros nas comunidades afetadas e na biodiversidade local.

No entanto, o horror não se resume ao dano ecológico, mas também nas consequências humanas desse desastre. Após um mês de busca incansável, o número de vítimas fatais ultrapassou a chocante marca de 300. Dentre essas vítimas, apenas 179 corpos foram encontrados, enquanto 131 pessoas permanecem desaparecidas. É importante destacar que o

termo "desaparecidos" pode ser utilizado de forma equivocada para minimizar a gravidade do evento. A triste realidade é que não há qualquer esperança de encontrar essas pessoas com vida, uma vez que já se passaram anos desde o ocorrido.

Essa tragédia revela não apenas a negligência da Vale em relação à segurança das suas operações, mas também a falta de responsabilidade social e ambiental que permeia suas práticas. A ganância e a busca desenfreada por lucro parecem ter se sobreposto ao bem-estar das comunidades afetadas e à preservação do meio ambiente.

Estes desastres ambientais e humanitários também se traduzem em números nos resultados da companhia. Em 02 de março de 2016, a Vale S.A assina um termo de transação e de ajustamento de conduta com seus compromitentes o qual prevê a criação da Fundação Renova, entidade responsável pela mobilização para a reparação dos danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana - MG. O acordo prevê uma série de ações e valores a serem pagos para a tentativa de uma indenização, mesmo que na prática não se alcance indenizar uma vida perdida, conforme figura 2.

Figura 2 – Desembolso nas ações de reparação e compensação da Fundação Renova



Fonte: Fundação Renova (2023).

Conforme a figura 2, o termo de transação e ajustamento de conduta prevê um valor total (somando-se os valores desembolsados e previstos para o ano de 2023) de R\$ 37,29 bilhões ou US\$ 7,62 bilhões (dados obtidos pela cotação do dia 15/05/2023: US\$ 1,00 equivalente a R\$ 4,888) a serem desembolsados pela companhia através da Fundação Renova para realizar a reparação socioeconômica e socioambiental da cidade de Mariana e entornos atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão.

Figura 3 – Compromitentes do acordo de reparação integral

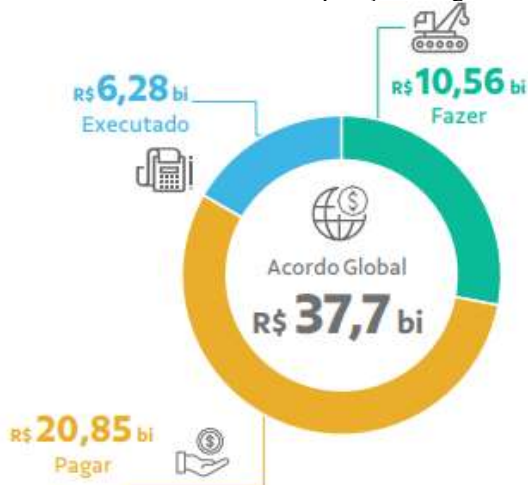


Fonte: Vale S.A. (2023).

Segundo elucidado na figura 3, em 04 de fevereiro de 2021, a Vale S.A. assina um acordo de reparação integral com seus compromitentes, dentre eles o Governo Estadual de Minas Gerais e o Ministério Público Federal. O texto delinea as responsabilidades da Vale no que diz respeito às obrigações a cumprir e aos pagamentos a realizar, visando à reparação

socioeconômica e socioambiental da área atingida pelo rompimento da barragem de Córrego do Feijão. Além disso, o acordo estipula a alocação de recursos para a contratação de auditorias independentes, com o propósito de auxiliar as instituições na supervisão da implementação dos projetos. (VALE S.A., 2023).

Gráfico 5 – Valores do acordo de reparação integral



Fonte: Vale S.A. (2023).

De acordo com o observado no gráfico 5, o acordo possui um valor estimado em R\$ 37,7 bilhões ou US\$ 7,71 bilhões (dados obtidos pela cotação do dia 15/05/2023: US\$ 1,00 equivalente a R\$ 4,888) com vista a reparação socioeconômica e socioambiental das áreas atingidas pelo desastre de Brumadinho. Vale observar inclusive que conforme o gráfico 5, apenas 16,65% do acordo já foi executado, mesmo passados mais de 4 anos do rompimento da barragem.

Dessa forma, somando-se os dois acordos de reparação, a Vale S.A. precisa pagar um montante de 74,99 bilhões de reais ou 15,33 bilhões de dólares (dados obtidos pela cotação do dia 15/05/2023: US\$ 1,00 equivalente a R\$ 4,888), número este que comparado com o lucro líquido da Vale S.A em 2022, encontra-se um número 380% maior, demonstrando o tamanho do prejuízo financeiro da companhia com estas reparações, fruto de irresponsabilidade operacional da companhia.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, entende-se que o processo de privatização da Vale trouxe um valor significativo para a empresa e seus acionistas, demonstrado através do crescimento de indicadores como ativo total e lucro líquido. A empresa expandiu suas operações para o exterior, investiu na melhoria da integração logística e adotou um perfil mais competitivo, o que resultou em reduções nos custos demonstrados no controle de avanço do endividamento líquido. Essas transformações foram aceleradas após o ano de 1997 quando da sua privatização.

Assim, nos últimos 20 anos, a Vale conseguiu crescer em termos econômicos, financeiros e produtivos, seguindo uma estratégia de expansão e crescimento em conformidade com o mercado global de mineração. Esse crescimento foi impulsionado pela expansão e internacionalização de suas operações.

Infelizmente, por outro lado, os desastres acontecidos sob a responsabilidade da Vale S.A., demonstram a dimensão não só do dano financeiro causado à companhia, mas também às mais de 319 vidas perdidas nos incidentes e os mais de 47 milhões de m³ de rejeitos de minério despejados na natureza, um contraste claro ao crescimento da corporação após a privatização.

Diante de tamanha magnitude das tragédias de Mariana e Brumadinho frente ao resultado financeiro positivo da mineradora, é essencial que sejam tomadas medidas efetivas para fiscalizar e responsabilizar não só a Vale S.A, mas além disso, todas as companhias que saem das mãos do Estado no processo de privatização, para garantir que a busca por eficiência e resultados financeiros da iniciativa privada não interfira na sustentabilidade, preocupação social e segurança nas corporações, dessa forma garantindo que desastres como esse nunca mais ocorram e que outras vidas humanas não sejam ceifadas. A segurança, o respeito ao meio ambiente e a proteção da vida humana devem ser prioridades inquestionáveis, acima dos interesses corporativos.

Dessa forma, conclui-se que mesmo com a Vale S.A. sendo capaz de alcançar cifras positivas dentro do mercado internacional de mineração após o processo de privatização, não conseguiu fazê-lo de forma sustentável, fato esse demonstrado pela magnitude dos desastres acontecidos em Mariana e Brumadinho, deixando uma perda irreparável nas vidas dos habitantes da região e na fauna, flora e vida aquática do entorno.

Como limitações, esta pesquisa encontrou sobretudo a ausência de dados históricos sobre a empresa analisada. No período posterior à privatização acontecida em 1997 até o ano de 2002 existe uma indisponibilidade de informações públicas e confiáveis sobre os dados financeiros da Vale S.A., o que dificultou a expansão da metodologia deste trabalho.

Para futuras análises, recomenda-se examinar os aspectos sociais e sustentáveis da empresa após a privatização, como os programas de investimento social, regional e ambiental. Além disso, recomenda-se também a expansão da metodologia do trabalho para outros casos de privatização de estatais brasileiras, a fim de corroborar com os dados alcançados neste.

REFERÊNCIAS

- AMPARO, P. P.; CALMON, K. M. N. **A Experiência Britânica de Privatização do Setor Saneamento**. Brasília: Ipea, 2000. (Texto para Discussão, n. 701).
- BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BRASIL). **Privatização da Vale Do Rio Doce: O Estado no lugar certo**. Rio De Janeiro: 1997.
- BNDES, **PROGRAMA nacional de desestatização**: legislação básica: 1990. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 1991. 71 p.
- BRASIL, Pedro Paulo Torres. **Análise da evolução econômica e financeira da mineradora Vale - Duas décadas do seu processo de desestatização**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia de Produção) – Escola Politécnica, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio De Janeiro, 2016. Disponível em: <http://repositorio.poli.ufrj.br/monografias/monopoli10020717.pdf>. Acesso em: 19 maio 2023.
- CARDOSO, V. I. C.; MAIA, A. B. G. R.; SANTOS, S. M. D.; SOARES, F. A. O impacto da privatização no desempenho econômico: um estudo em empresas brasileiras de grande porte. **Revista Ibero-Americana de Estratégia**, v. 12, n. 3, p. 183-211, 2013.
- CARNEIRO, J. M. T.; SILVA, J. F.; CAVALCANTI, M. A. D. F. Impactos da privatização sobre as estratégias competitivas de empresas de petróleo: um estudo de casos. **RAE-eletrônica**, v. 2, n. 2, art. 3, p. 1-21, 2003.
- COSTA, D. C. La Vale dans Le nouveau contexte d'internationalization des entreprises brésiliennes. **Entreprises et Histoire**, n. 54, avril 2009, p. 86-106.
- FERRARI, Carlos Kusano Bucalen. COMO FAZER PESQUISAS CIENTÍFICAS NA ESCOLA? UM GUIA PARA PROFESSORES. **e-Mosaicos**, v. 9, n. 20, p. 159-175, abr. 2020. ISSN 2316-9303. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/e-mosaicos/article/view/45084>. Acesso em: 01 maio 2023.
- FERRARIS, Fabrizio Klabund. **Estratégias de crescimento da companhia Vale do Rio Doce após a privatização**. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Economia)

– Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio De Janeiro, 2010. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/2481/1/FKFerraris.pdf>. Acesso em 19 maio 2023.

FILARDI, F.; LEITE, A. L. S.; TORRES, A. A. G. Análise de resultados de indicadores de gestão e de regulação após a privatização: estudo de caso da Light Serviços de Eletricidade. **RAUSP Management Journal**, v. 49, n. 1, p. 18-32, 2014.

FREITAS, C. M.; BARCELLOS, C.; ASMUS, C. I. R. F.; SILVA, M. A.; XAVIER, D. R. Da Samarco em Mariana à Vale em Brumadinho: desastres em barragens de mineração e Saúde Coletiva. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, n. 5, p. 1-7, 2019.

FUNDAÇÃO RENOVA. A reparação até aqui: maio/2023. **Caderno da reparação**. Mariana, 01 mai. 2023. Disponível em: <https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2023/05/caderno-da-reparacao-maio2023-digital.pdf>. Acesso em: 29 mai. 2023.

GIAMBIAGI, Fabio; FERREIRA, Sergio; AMBRÓZIO, Antônio Marcos. **Reforma do Estado Brasileiro: Transformando a Atuação do Governo**. São Paulo: GEN Atlas, 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

IPEADATA. Dívida externa bruta. **Macroeconômico**. Brasília, 10 mar. 2023. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?serid=38367>. Acesso em: 15 mai. 2023.

KULPINSKA, J.A privatização como opção administrativa: o exemplo polonês. **Organizações & Sociedade**, v. 4, n. 7, p. 63-73, 1996.

LOCATTI BORTOLATO, P.; HAUSCHIL ROMÃO, L.; DE SOUZA FERNANDES, L. G.; MARIA DE SOUZA, R. Privatização evolução e transformação das empresas. **Anais do fórum de iniciação científica do UNIFUNEC**, v. 8, n. 8, 14 maio 2018.

LOPES, L. M. N. O rompimento da barragem de Mariana e seus impactos socioambientais. **Sinapse Múltipla**, v. 5, n. 1, p. 1, 14 jul. 2016.

MEGGINSON, W. L., D'SOUZA, Juliet. The financial and operation performance privatized firms during the 1990s. **The Journal of Finance**, v. 54, n. 4, ago 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MOREIRA, Terezinha. O processo de privatização mundial: tendências recentes e perspectivas para o Brasil. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1 , p. [97]-112, jun. 1994.

MOTA, Camila Veras. **Brasil tem empresas estatais demais? 5 perguntas sobre privatização**. BBC News Brasil. 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46538732>>. Acesso em: 08 de dez. de 2020.

MOUZAS, S. Efficiency versus effectiveness in business networks. **Journal of Business Research**, v.59, p. 1124-1132, 2006.

NAVEIRA, R. B. Caos e complexidade nas organizações. **Revista de Administração Pública**, v. 32, n. 5, p. 69-80, 1998.

OECD. **Frascati Manual 2002: Proposed Standard Practice for Surveys on Research and Experimental Development**. Paris: OECD, 2002.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

OZCAN, Y. A. Health Care. **Benchmarking and Performance Evaluation: An Assessment Using Data Envelopment Analysis (DEA)**. 2ª ed. New York: Springer Science + Business Media, 2014.

PECI, A. Reforma regulatória brasileira dos anos 90 à luz do modelo de Kleber Nascimento. **Revista De Administração Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, 31-52, 2007. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/840/84011103.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2023.

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. Demonstrações contábeis consolidadas 2006. **Central de resultados - Petrobras**. Rio de Janeiro, 05 abr. 2007. Disponível em: https://mz-filemanager.s3.amazonaws.com/25fdf098-34f5-4608-b7fa-17d60b2de47d/central-de-resultadoscentral-de-downloads/217b447a34a95cee59780f89b878994bb17f22edd9a7ef2992c09a31977634dc/dfp_2006_us_gaap.pdf. Acesso em: 19 mai. 2023.

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. Demonstrações financeiras consolidadas auditadas 2022. **Central de resultados - Petrobras**. Rio de Janeiro, 01 mar. 2023. Disponível em: <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/25fdf098-34f5-4608-b7fa-17d60b2de47d/777b4b6b-5ea1-5d9c-b1e4-5732bb8784a1?origin=1>. Acesso em: 19 mai. 2023.

REIS, R. M. M.; TEIXEIRA, A. C. C.; PIRES, M. A. Os benefícios das privatizações: evidência no setor elétrico brasileiro. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 1, n. 1, p. 60-72, 2007.

RODRIGUES, C. H. L., & JURGENFELD, V. F. Desnacionalização e financeirização: um estudo sobre as privatizações brasileiras (de Collor ao primeiro governo FHC). **Economia E Sociedade**, 28(2), 393–420, 2019.

SERRA, Cristina. **Tragédia em Mariana: a história do maior desastre ambiental do Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2018.

SERVA, M. Análise de empresas privatizadas: o desafio da multidimensionalidade. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v. 3, n. 2, p. 349-373, 3 maio 2007.

SILVESTRE, B. D. S.; HALL, J.; MATOS, S.; FIGUEIRA, L. A. P. A. Privatização: bom ou ruim? Lições do setor de distribuição de energia elétrica do nordeste brasileiro. **Revista de Administração de Empresas**, v. 50, n. 1, p. 94-111, 2010.

UNES, Flávio. Concessão x Privatização: definição e histórico. [Entrevista cedida a] Luiz Gustavo Xavier. **Rádio Câmara**, Brasília, ago. 2015. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/radio/programas/468026-concessao-x-privatizacao-definicao-e-historico/#:~:text=De%20maneira%20geral%2C%20define%2Dse,por%20meio%20de%20lei%20C3%B5es%20p%C3%BAblicos..> Acesso em: 15 mai. 2023.

VALE S.A. Balanço da reparação. **Reparação**. Rio de Janeiro, 01 dez. 2022. Disponível em: https://www.vale.com/documents/d/guest/Revista_Balanco_Reparacao_FINAL_pgs_duplas%201?_gl=1*scsfgl*_ga*MjE0MjY5NDg0OS4xNjg1MzYzMTI1*_ga_BNK5C1QYMC*MTY4NTM2MzEyNS4xLjEuMTY4NTM2MzE2NS4yMC4wLjA. Acesso em: 29 mai. 2023.

VALE S.A. DFP – Demonstrações Financeiras Padronizadas. **Comunicados, resultados, apresentações e relatórios**. Rio de Janeiro, 16 fev. 2023. Disponível em: <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/53207d1c-63b4-48f1-96b7-19869fae19fe/11c18f8e-905d-2a12-1d84-0173c5c1ddd9?origin=1>. Acesso em: 19 mai. 2023.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2005.

WESTIN, Ricardo. Privatização: desmonte do Estado ou modernização de empresas ineficientes? **Agência Senado**, Brasília, 24 fev. 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2023/02/privatizacao-desmonte-do-estado-ou-modernizacao-de-empresas-ineficientes>. Acesso em: 21 mar. 2023.